

O secretariado da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de São Paulo: escrita, burocracia e dinâmicas socioeconômicas nos séculos XVII e XVIII

The Secretariat of the Venerable Third Order of Saint Francis of São Paulo: Writing, Bureaucracy, and Socioeconomic Dynamics in the 17th and 18th Centuries

Phablo Roberto Marchis Fachin¹ 
phablo@usp.br

¹ Universidade de São Paulo

Editores-chefes

Marcus Soares
Célia Lopes

Recebido: 02/06/2025

Aceito: 01/07/2025

Como citar:

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. O secretariado da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de São Paulo: escrita, burocracia e dinâmicas socioeconômicas nos séculos XVII e XVIII. Revista LaborHistórico, v.11, n.2, e68631, 2024. doi: <https://doi.org/10.24206/lh.v11i2.68631>

Resumo

Este artigo analisa o papel do secretariado na Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da cidade de São Paulo durante os séculos XVII e XVIII, com base em uma leitura filológica e histórica de livros manuscritos produzidos pela instituição. A pesquisa centra-se na atuação do secretário enquanto agente da escrita e figura estratégica na mediação entre normas estatutárias, práticas administrativas e dinâmicas sociopolíticas locais. A partir da seleção e da análise de termos manuscritos que registram eleições, escusas, admoestações e outros atos da mesa administrativa, investigam-se as formas redacionais, os procedimentos de registro e as relações de poder implicadas na sua escrita. O estudo evidencia como a produção documental do secretariado não apenas testemunha uma prática administrativa formalizada, mas também estabelece um repertório normativo e simbólico que organiza as práticas administrativas e os vínculos sociais, contribuindo para a manutenção de uma ordem interna

e para a legitimação social de seus agentes. Articulando Filologia, História Social da Escrita e História das Instituições, o artigo oferece subsídios para compreender o lugar da escrita nas engrenagens do poder colonial.

Palavras-Chave

Secretariado. Escrita Institucional. Ordem Terceira. Filologia. São Paulo Colonial.

Abstract

This article analyzes the role of the secretariat in the Venerable Third Order of Saint Francis of Penance of the city of São Paulo during the eighteenth century, based on a philological and historical reading of the institution's handwritten record books. The research focuses on the secretary's work as a scribal agent and strategic figure mediating between statutory norms, administrative practices, and local sociopolitical dynamics. Drawing from selected manuscript entries documenting elections, recusals, admonitions, and other acts of the administrative board, the study investigates textual formulas, recording procedures, and the power relations embedded in writing. The findings demonstrate that the secretary's documentary production not only reflects bureaucratic routines but also constructs an institutional grammar of authority and distinction, sustaining internal order and legitimizing key actors. Combining Philology, Social History of Writing, and Institutional History, the article contributes to understanding the role of writing and scribes within the mechanisms of colonial power.

Keywords

Secretariat. Institutional Writing. Lay Brotherhoods. Philology. Colonial São Paulo.

Introdução

A documentação manuscrita produzida pelas ordens terceiras franciscanas constitui um testemunho fundamental das práticas escriturais e administrativas do Antigo Regime, tanto em Portugal quanto no Brasil, permitindo observar o seu funcionamento, as formas de disciplinamento interno e as estratégias de distinção social que atravessavam esse tipo de instituição leiga. No caso da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da cidade de São Paulo (doravante Ordem Terceira), os registros elaborados por seu secretariado ao longo dos séculos XVII e XVIII revelam uma cultura escrita ritualizada, por meio da qual a instituição legitimava suas decisões, consolidava sua memória e reafirmava sua posição no espaço urbano.

No contexto de estudos que dialogam com ordens terceiras e suas formas de organização sociopolítica, tem-se privilegiado a análise das elites locais, dos mecanismos

de distinção social e das articulações entre religiosidade, poder e comércio na América portuguesa. Esses trabalhos contribuíram decisivamente para a sua compreensão como espaços de sociabilidade hierarquizada e como agentes na construção das hierarquias urbanas do Antigo Regime. Contudo, a função específica do secretariado dentro dessas instituições tem recebido atenção marginal, sendo frequentemente abordada de maneira tangencial, como parte dos quadros administrativos ou das dinâmicas eleitorais. Este artigo propõe deslocar o foco para essa função, examinando o secretariado como instância estruturante da produção documental, da formalização das decisões coletivas e da memória institucional, com base em uma abordagem filológica e histórica aplicada ao acervo manuscrito da Ordem Terceira.

Os documentos, organizados em livros de termos, eleições, profissões, receitas e patrimônio, e também avulsos, não apenas formalizam decisões e acontecimentos internos, mas expressam uma racionalidade escrita cerimonial, sustentada por fórmulas reiterativas e pela habilidade conferida à pena do secretário. Como observa Ortmann (1951), essa prática escriturária altamente sistematizada inscrevia a sua memória, reafirmava hierarquias e registrava a norma em sua dimensão performativa. Diferentes estudos reforçam esse diagnóstico, destacando a centralidade da escrita como forma de produção de autoridade, controle institucional e distinção simbólica (Russell-wood, 1989; Hespanha, 1987).

A atuação do secretariado da Ordem Terceira revela-se, assim, indissociável da lógica de funcionamento das elites mercantis paulistanas, que, conforme argumenta Borrego (2006), buscaram se afirmar politicamente por meio da inserção em instituições religiosas e camarárias, acumulando capital simbólico por meio da devoção e da filantropia. Essa perspectiva dialoga com contribuições de Boschi (1986) e Sousa (2015), para quem o pertencimento e o exercício de funções operavam como formas de reconhecimento social e de legitimação das hierarquias coloniais. Essa realidade se articula também com o que se identifica para o contexto do Rio de Janeiro, ao demonstrar que as ordens terceiras funcionavam como núcleos de interlocução com o poder régio, sendo o secretariado um elo entre a autoridade estatal e os interesses locais (Martins, 2011).

Em 2023, um instrumento de cooperação técnico-científica e cultural foi firmado entre a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP). Entre as atividades previstas nesse acordo, destacam-se a análise interdisciplinar e a publicização do acervo documental pertencente à instituição, em perspectivas histórica e filológica. O instrumento possibilitou o acesso ao acervo da Ordem Terceira e seu estudo por meio de ações colaborativas.

O presente artigo resulta dessa parceria e de um Projeto de Auxílio Regular à Pesquisa FAPESP (Processo n. 2024/15949-0), fundamentado numa abordagem

filológica aplicada à análise de documentos produzidos pelo secretariado da Ordem Terceira, com ênfase em suas características materiais e linguísticas. O projeto, atento às implicações da documentação para a história social e linguística de São Paulo, combina metodologia paleográfica tradicional e recursos tecnológicos na criação de um guia digital de leitura de manuscritos, promovendo a disseminação de conhecimentos e contribuindo significativamente para a conservação do patrimônio documental como bem cultural.

Para a realização desta pesquisa, constituiu-se um *corpus* documental composto por um conjunto de livros manuscritos da Ordem Terceira, produzidos entre o final do século XVII e ao longo do século XVIII. A seleção concentrou-se nos Livros de Termos² I e II, conservados no acervo da própria instituição, que contêm registros de reuniões da mesa administrativa, eleições, escusas, admoestações e outros atos normativos. Desses volumes, foram identificados e transcritos 23 termos manuscritos, que cobrem o período entre 1694 e 1784, sendo priorizados aqueles que explicitam o papel do secretariado na formulação dos registros e na mediação de conflitos institucionais. O critério de seleção baseou-se na relevância dos documentos para a compreensão da atuação do secretário enquanto agente escriturário e figura de prestígio na engrenagem da Ordem Terceira, privilegiando registros em que sua atuação se destacasse tanto pelo conteúdo quanto pelas fórmulas escritas utilizadas. A análise combinou o exame material dos manuscritos, a observação linguística das estruturas redacionais e a contextualização social dos agentes envolvidos.

Neste artigo, apresenta-se um recorte da pesquisa em andamento. A análise aqui proposta toma como *corpus* dois termos manuscritos que exemplificam os usos da escrita na gestão da autoridade e na administração simbólica das tensões institucionais no âmbito da Ordem Terceira. O primeiro é o termo de admoestação ao irmão Francisco Pereira Valladares, lavrado em 1694 pelo secretário Manoel Pais Botelho (Livro I dos Termos, f. 16r–16v), no qual se registra a advertência formal de um irmão relutante diante de ordens da mesa, justamente a recusa em ser um “terceiro”. O segundo é o termo de escusa do cargo de secretário, solicitado por José da Silva Ferrão e lavrado pelo secretário Manoel de Oliveira Cardozo em 1736 (Livro II dos Termos, f. 14v), no qual se registra sua recusa formal à função para a qual fora eleito.

² O *termo* é um gênero documental característico da prática administrativa e jurídica do Antigo Regime, utilizado para registrar formalmente a ocorrência de um ato, deliberação ou compromisso no interior de instituições civis ou religiosas, apresenta, em determinados contextos, a forma de Ata. Produzido por escribas ou secretários, seu valor reside na função de conferir autenticidade e publicidade a decisões institucionais, como eleições, escusas, admissões e advertências. Conforme Bellotto (2006), os instrumentos documentais de arquivo devem ser analisados não apenas por seu conteúdo, mas por sua estrutura formal, função e contexto de produção, o que torna o termo uma peça fundamental para a compreensão da burocracia e da cultura escrita das irmandades. (Bellotto, 2002)

1. A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da cidade de São Paulo: escrita, poder e sociabilidade leiga

Fundada no final do século XVII, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da cidade de São Paulo inscreve-se no conjunto de instituições leigas que desempenharam funções centrais na organização religiosa e social da colônia. Voltada para leigos, sua constituição incorporava elementos espirituais, assistenciais e administrativos, funcionando como mediadora entre os valores do catolicismo tridentino e as práticas locais de sociabilidade e poder. Estabelecida nas imediações do convento franciscano e articulada à expansão urbana da cidade, a Ordem Terceira construiu uma capela própria e consolidou um corpo de irmãos que refletia, em sua composição, os estratos mais influentes da sociedade paulistana setecentista (Ortmann, 1951).

A sua estrutura organizacional seguia os moldes consagrados por estatutos adaptados à realidade local. A mesa administrativa era composta por cargos como ministro, vice-ministro, procurador, síndico, tesoureiro e, em destaque para este estudo, o secretário. Este último era o responsável direto pela produção, conservação e registro dos atos da Ordem Terceira, participando das sessões da mesa, redigindo termos de posse, eleições, escusas, admoestações e pareceres, além de manter atualizados os livros de receitas e despesas (Estatutos, Livro I). Embora nem sempre mencionado com destaque nas fontes historiográficas tradicionais, o secretário desempenhava funções de alta responsabilidade, sendo peça fundamental para a continuidade institucional e a coerência dos registros documentais.

Os critérios para ocupação dos cargos da mesa – incluindo o secretariado – envolviam pré-requisitos de “bons costumes”, catolicidade ortodoxa e, ao menos até a segunda metade do século XVIII, critérios associados à limpeza de sangue e prestígio social. De acordo com Moraes (2011, p. 238),

Para adentrar ao sodalício franciscano, o candidato deveria submeter-se a um processo moroso. Este iniciava com a elaboração de um pedido formal à Ordem Terceira para dar início aos interrogatórios com o objetivo de obter informações a respeito da família do futuro associado, da sua conduta, dos seus rendimentos financeiros e, também, sobre seu estado físico. Com a obtenção das respostas realizava-se a votação para aprovar a entrada do novo membro. Os interrogatórios realizados antes da entrada do novo associado tinham por objetivo constatar a conduta moral do pretendente e deveria eliminar os «que não tem a santa Fé Catolica, aos Hereges e Cismaticos, e aos que são suspeitos e infamados: não tem contudo obrigação as mesmas congregações de Terceiros de aceitarem que por alguma raça infâmia de geração, vida, ou

costumes são mais vezes motivos de desuniões que de união». Essas exigências relacionadas à limpeza de sangue e a conduta moral dos futuros membros da associação, faziam parte dos critérios de recrutamento da maioria das Ordens Terceiras franciscanas, tanto em Portugal – como, por exemplo, no Porto e em Vila Viçosa – quanto na América portuguesa, como em Salvador e em São Paulo.

A eleição aos cargos era feita entre os irmãos com maior reconhecimento, e o exercício da função era, simultaneamente, um sinal de distinção e um mecanismo de visibilidade local. No caso específico da cidade de São Paulo, observa-se a presença de nomes ligados à administração da capitania, civil, camarária e ao comércio, ocupando o cargo de secretário, o que indica que essa função operava como uma instância de interface entre a instituição e os demais poderes. Cargos como o de secretário obedeciam a critérios rígidos de pertencimento e distinção, sendo acessíveis a indivíduos dotados de capital simbólico e moral alinhado aos valores da instituição, o que também se verifica no quadro dirigente paulista. Ao compreender essa estrutura, é possível perceber que a Ordem Terceira assumia um papel institucional relevante, cuja documentação produzida revela tanto as práticas burocráticas quanto os jogos de prestígio que permeavam a elite paulistana da época.

1.1. A função do secretário nos estatutos e na prática administrativa

Os estatutos das ordens terceiras franciscanas – tanto os impressos em Portugal quanto os adaptados às realidades locais da América portuguesa – atribuíam ao cargo de secretário uma função de custódia da memória institucional e de mediação formal da vontade coletiva. Cabia a ele a responsabilidade de lavrar as atas das reuniões da mesa, registrar os termos de admissão de novos irmãos, formalizar as eleições e redigir documentos diversos, como cartas de escusa, admoestações, pareceres e requerimentos. Essa centralidade conferia ao secretário um estatuto singular entre os cargos da mesa: embora subordinado ao ministro, era ele quem traduzia em linguagem escrita as decisões tomadas oralmente, registrando-as em termos que asseguravam memória e legitimidade.

No caso da Ordem Terceira da cidade de São Paulo, os documentos preservados nos livros manuscritos indicam que a atuação do secretário revela domínio estilístico e normativo, com uso de fórmulas consagradas, alternância entre linguagem solene e pragmática, além de menções explícitas a dispositivos estatutários. A própria organização dos livros – com índice, numeração sequencial, rubricas e uso regular de expressões como “foi lavrado este termo” ou “em fé do que mandei lançar” – evidencia a institucionalização de uma prática escriturária coesa e reiterativa. A materialidade desses documentos sugere que o secretário não apenas seguia normas, mas também participava ativamente da sua constituição escrita no âmbito da instituição.

A análise dos termos manuscritos revela que o secretário era responsável por redigir desde atas de reunião até complexos termos de escusa, como no caso de José da Silva Ferrão em 1735, cujo pedido formal de dispensa do cargo foi lavrado com apuro retórico e respaldo nos estatutos. A estabilidade dessa função fica evidente na persistência dos mesmos modelos redacionais ao longo de décadas, o que indica a existência de uma tradição escriturária transmitida internamente. A assinatura do secretário nos documentos era uma marca de autoridade documental; sua presença, ao lado do ministro e do tesoureiro, conferia validade aos atos da mesa e garantias jurídicas às decisões. Esse papel central fazia do secretário uma espécie de “guardião da legalidade” interna, dotado de capital honorífico e reconhecimento público (Martins, 2011).

Além do domínio técnico da escrita, o exercício do secretariado pressupunha inserção em circuitos sociais e políticos mais amplos. Como demonstram os dados extraídos dos levantamentos de Ortmann (1951) e da pesquisa de Borrego (2006), muitos dos secretários pertenciam a famílias influentes, atuavam paralelamente como oficiais da Câmara, como procuradores ou como militares, e frequentemente estavam envolvidos em redes comerciais ou de parentesco com outros membros da mesa. A circulação entre instituições – religiosa, civil e militar – revela que o secretariado não era um cargo isolado, mas parte de um campo de prestígio, onde a escrita operava como ferramenta de distinção e visibilidade pública. A título de exemplo, vale destacar o caso de Sebastião Fernandes do Rego³, secretário da Ordem Terceira e também ocupante de cargos de provedor da Casa de Fundação e arrematante dos dízimos das minas de Cuiabá.

A nomeação para o cargo e, em certos casos, a recusa a ocupá-lo por “justa causa” — formalizada em termos de escusa —, devem ser compreendidas como gestos públicos que atualizavam a posição social do indivíduo no seio da comunidade leiga. Assim, o estudo do secretariado lança luz sobre a intersecção entre letramento, poder e sociabilidade no mundo colonial. Ele permite observar como a escrita era mobilizada não apenas para registrar decisões, mas para produzir efeitos jurídicos, garantir autoridade institucional e consolidar hierarquias locais. De acordo com Ortmann (1951), são os seguintes os secretários que ocuparam o cargo entre 1693 e 1800:

³ Sebastião Fernandes do Rego foi um controverso agente colonial português que atuou na Capitania de São Paulo na primeira metade do século XVIII. Ligado ao capitão-general Rodrigo César de Menezes, ascendeu politicamente por meio de alianças estratégicas. Envolveu-se em episódios notórios de corrupção, como a apropriação fraudulenta do ouro dos irmãos Leme e o escandaloso “roubo dos quintos reais”, em que substituiu uma remessa de ouro enviada à Coroa por chumbo. Preso e remetido a Lisboa, retornou ao Brasil em 1739, mas faleceu em 1741 antes de ser novamente detido. Sua trajetória é frequentemente citada como exemplo das práticas ilícitas que marcavam setores da administração colonial. Sobre Sebastião Fernandes do Rego, ver PAES LEME, Pedro Taques de Almeida. Nobiliarchia Paulistana. São Paulo: Duprat & Cia, 1905; e SETÚBAL, Paulo. Os irmãos Leme. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

Quadro 1: lista de secretários da Ordem Terceira tendo em vista os livros mais antigos da instituição.

Período	Secretário	Período	Secretário
1693/94	Manuel da Rosa	1748/49	José Francisco Guimarães
1694/95	Manuel Pais Botelho	1749/50	Francisco Antunes
1695/96	Domingos Fernandes Pôrto	1750/51	Bartolomeu Álvares da Silva
1697/97	João Péres Calhamares de Arzão	1751/52	José Francisco Guimarães
1697/98	Manuel da Silva do Almeida Castelo Branco	1752/53	José Francisco de Andrade
1698/99	Rvd.o Pe Francisco Carrier de Lima (ou Coutinho)	1753/54	Rvd.o Pe Antônio Rodrigues Vilarés
1699/01	Salvador de Oliveira Pais	1754/55	Manuel José de Sampaio
1701/03	João Correia de Figueiredo	1755/56	Luís Rodrigues Lisboa
1703/04	Salvador de Oliveira Pais	1756/57	Pascoal Álvares de Araújo
1704/05	Salvador do Oliveira Pais	1757/60	João de Oliveira Cardoso
1709/10	Rvd.o Pe Gregório de Sousa c Oliveira	1760/61	João Álvares Ramos
1710/11	Manuel Luís Ferraz	1761/65	João de Oliveira Cardoso
1711/12	João de Araújo	1765/66	Domingos Francisco de Andrade
1712/13	Luís Teixeira de Azevedo	1766/67	Rvd.o Pe Dr. Antônio José de Abreu
1714/15	Mateus Pacheco de Lima	1767/68	João Dias Cerqueira
1715/16	Rvd.o Pe Gregório de Sousa e Oliveira	1768/69	Rvd.o Pe João Domingues
1716/17	Rvd.o Pe José de Machado de Oliveira	1769/70	Francisco Xavier dos Santos
1717/18	José Soares de Barras	1770/71	Rvd.o Pe Dr. Antônio José de'são Francisco
1718/21	Sebastião Fernandes do Rêgo	1771/72	Antônio José Pinto
1721/22	Antônio Teixeira de Oliveira	1772/73	Amaro Antunes da Silva
1722/23	Manuel Luís Ferraz	1773/74	Rvd.o Pe Dr. Antônio José de Abreu.
1723/24	Rvd.o Pe João de Moura Gavião	1774/76	José Antônio Rodrigues
1724/25	João Correia de Figueiredo	1776/77	Bernardino de Sena
1725/26	Gregório de Castro Esteves	1777/78	Domingos Guedes
1726/30	Pedro da Silva	1778/79	Rvd.o Pe João Domingues
1730/31	Domingos João Vilarinho	1779/80	Manuel Rodrigues Jordão

1731/32	Pedro da Silva	1780/82	Rvd.o P.e Manuel Lescura Banher
1732/33	Manuel Jorge da Silva	1782/83	Francisco Pinto Ferraz
1733/35	Manuel Pinto Moreira	1783/84	José Mendes da Cosia
1735/36	Manuel de Oliveira Cardoso	1784/85	Manuel José Rodrigues
1736/37	José da Silva Ferrão	1786/88	Francisco Pereira de Araújo
1737/38	João Francisco Lustosa	1788/89	Antônio Fernandes da Silva
1738/39	João Rodrigues Vaz	1789/90	Francisco Soares
1739/40	Manuel Francisco de Melo	1790/91	Francisco José de Sampaio Peixoto
1740/41	Aritônio da Silva Brito	1791/92	Luís Antônio do Sousa
1741/42	Rvd.o P.e João Domingues	1792/93	Elesbão Francisco Vaz
1742/43	Tomé Rabelo Pinto	1793/94	Rvd.o P.e Félix José de Oliveira
1743/44	Lopo dos Santos Serra	1794/95	Bernardo José de Sousa
1744/45	Francisco Pinto de Araújo	1795/96	Rvd.o P.e Manuel Joaquim de Freitas
1745/46	Jerônimo de Castro Guimarães	1797/98	Manuel José Gomes
1746/47	Antônio de Freitas Branco	1798/99	José Fernandes Nunes
1747/48	Paulo Filgueira de Carvalho	1799/00	João da Costa e Silva

Fonte: Ortmann, 1951⁴.

2. Os livros de termos da Ordem Terceira

Os livros de termos da Ordem Terceira constituem fontes fundamentais para o estudo das práticas administrativas, da organização interna e de sua memória institucional. Conforme detalhado por Ortmann (1951), o acervo manuscrito da Ordem abrange diversos códices que articulam dimensões jurídicas, devocionais, normativas e patrimoniais, sendo essenciais para compreender não apenas os procedimentos da instituição, mas também a construção simbólica de sua autoridade ao longo dos séculos.

A análise de dois desses volumes – o Livro I de Termos e o Livro II – evidencia aspectos estruturais que refletem a natureza cumulativa e a flexibilidade de sua escrita administrativa. O Livro I, iniciado em 7 de outubro de 1686, é composto por 193 folhas rubricadas pelo então ministro Bento José Leyte. Apresenta dupla numeração nos cantos superiores direitos dos fôlios rectos, com uma das séries posteriormente

⁴ Os dados apresentados no Quadro 1 foram compilados a partir da obra de Ortmann (1951), refletindo a lista de secretários identificada pelo autor nos livros mais antigos da instituição.

riscada, o que sugere reorganizações internas ou inserções posteriores. A sequência dos registros apresenta lacunas cronológicas e diversas folhas em branco, indicando um uso episódico e pragmático do códice, preenchido conforme a necessidade dos atos deliberativos.

A estrutura desse volume é descrita por Ortmann (1951) com riqueza de detalhes. Além dos estatutos particulares transcritos na f. 3, o livro reúne um “Resumo e Memorial dos exercícios” litúrgicos anuais (f. 88) e um “Sumário das determinações”, contendo 144 tópicos dispostos em ordem alfabética (f. 108v), que condensam deliberações tomadas entre 1686 e 1776. Essa composição revela uma tentativa de sistematização retroativa e uma função multifuncional do códice, que se constitui tanto como repositório de normas quanto como índice de ações colegiadas da mesa administrativa.

Figura 1: Capa e contracapa do Livro I de Termos



Fonte: fotografia do autor

Figura 2: Folha de abertura do livro I de termos



Fonte: fotografia do autor

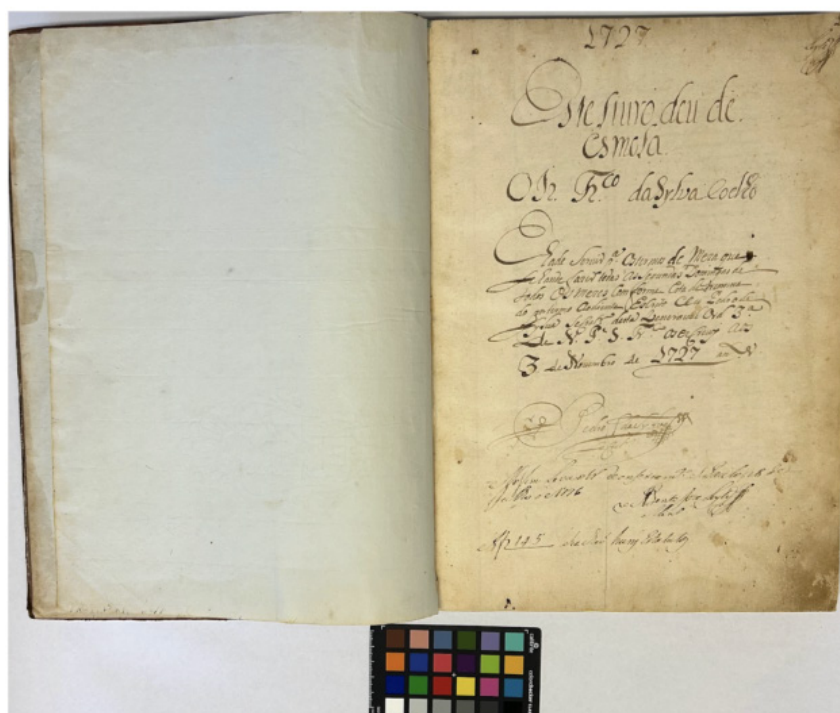
O Livro II, com 150 folhas também rubricadas por Bento José Leyte, replica as inconsistências cronológicas e materiais do primeiro volume. Diferencia-se, porém, pela presença de um índice, que lista os documentos nele registrados, demonstrando uma intenção arquivística explícita de organizar e recuperar a informação documentada. Embora Ortmann não o descreva diretamente, a prática de inclusão de sumários e índices é recorrente nos demais livros analisados e reforça a lógica funcional da escrita administrativa no âmbito da Ordem Terceira.

Figura 3: Capa e contracapa do Livro II de Termos



Fonte: fotografia do autor

Figura 3: Folha de abertura do livro II de termos



Fonte: fotografia do autor

Para além desses dois volumes, o arquivo da Ordem Terceira, conforme inventariado pela equipe responsável pelo *Instrumento de Cooperação*, inclui outras tipologias documentais que ampliam o escopo da escrita institucional, como os exemplos a seguir: o Livro IV de Termos contendo registros entre 1792 e 1863; os livros de Recepção I e II, que documentam admissões, profissões, concessões de hábito e pagamentos por patentes – o primeiro iniciado em 1695, o segundo com 846 registros entre 1747 e 1814; o Livro das Eleições, por sua vez, contém apenas registros dos pleitos internos, entre 1714 e 1799; os Livros de Patrimônio (da Capela e dos Súfrágios ou das Jóias) tratam de entradas e saídas de recursos financeiros e rituais, com destaque para os valores pagos por novos irmãos, como os 108.240 réis exigidos a partir de 1727.

De acordo com Moraes (2015), os livros de entrada, profissão e estatutos operam como instrumentos de consagração de uma elite dirigente, tornando visível e verificável sua atuação e prestígio na condução da instituição. Moraes destaca ainda o papel do secretário como figura-chave na produção e guarda desses documentos, sendo ele o agente responsável por estabelecer os limites entre o que é institucionalmente lembrado e o que é silenciado.

Dessa forma, os livros de termos e registros da Ordem Terceira não se limitam à função de memória passiva, mas configuram verdadeiros instrumentos de normatização e poder, sustentados por práticas materiais, estratégias de legitimação e dinâmicas de distinção. Sua análise revela não apenas os modos de funcionamento da instituição, mas também as formas pelas quais ela se pensava, se narrava e se perpetuava no tempo.

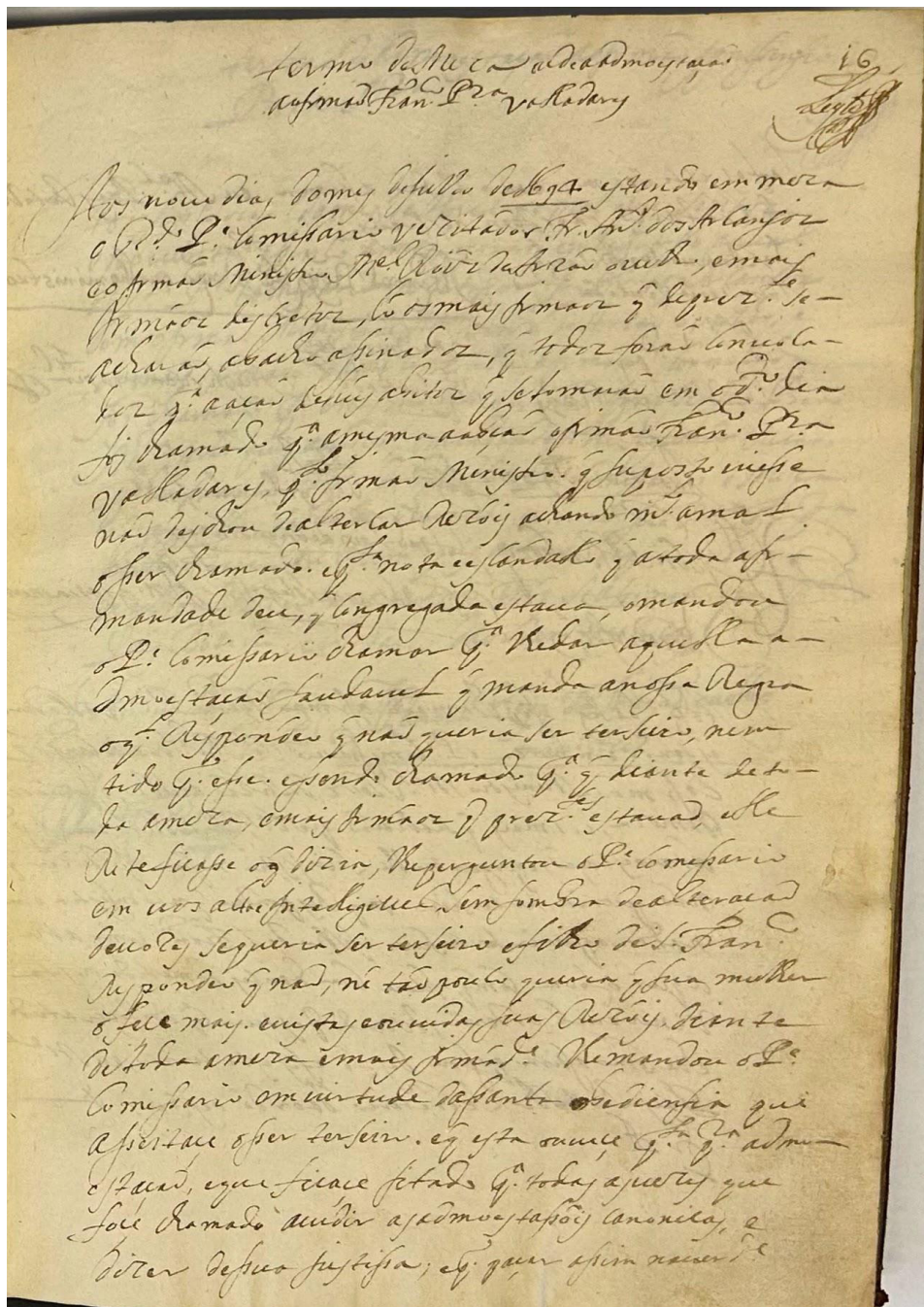
3. Termos selecionados para o estudo: práticas de escrita e dinâmicas institucionais

Os termos analisados nesta seção foram extraídos dos Livros I e II da Ordem Terceira e datam dos anos de 1694, 1695 e 1736. Trata-se de registros manuscritos produzidos no âmbito das reuniões da mesa administrativa, redigidos pelos secretários em exercício — Manoel Pais Botelho e Manoel de Oliveira Cardozo. Esses documentos apresentam fórmulas fixas, vocabulário religioso e administrativo, marcação precisa de datas e nomes, e estrutura narrativa que inclui tanto o registro de deliberações quanto o relato de eventos e declarações. Os termos selecionados compõem um pequeno conjunto, mas bastante expressivo em termos de variedade funcional: incluem dois termos de admoestação, confirmação de pertencimento e um termo de escusa de cargo de secretário. Além de ilustrar gêneros administrativos diversos, esses textos revelam tensões internas, práticas de coerção moral e dispositivos de reintegração simbólica.

3.1. Transcrição conservadora dos termos de admoestação⁵

3.1.1. Termo de admoestação de Francisco Pereira Valladares

Fig. 5: representação da folha 16r. do termo de admoestação de Valladares.



Fonte: Fotografia do autor.

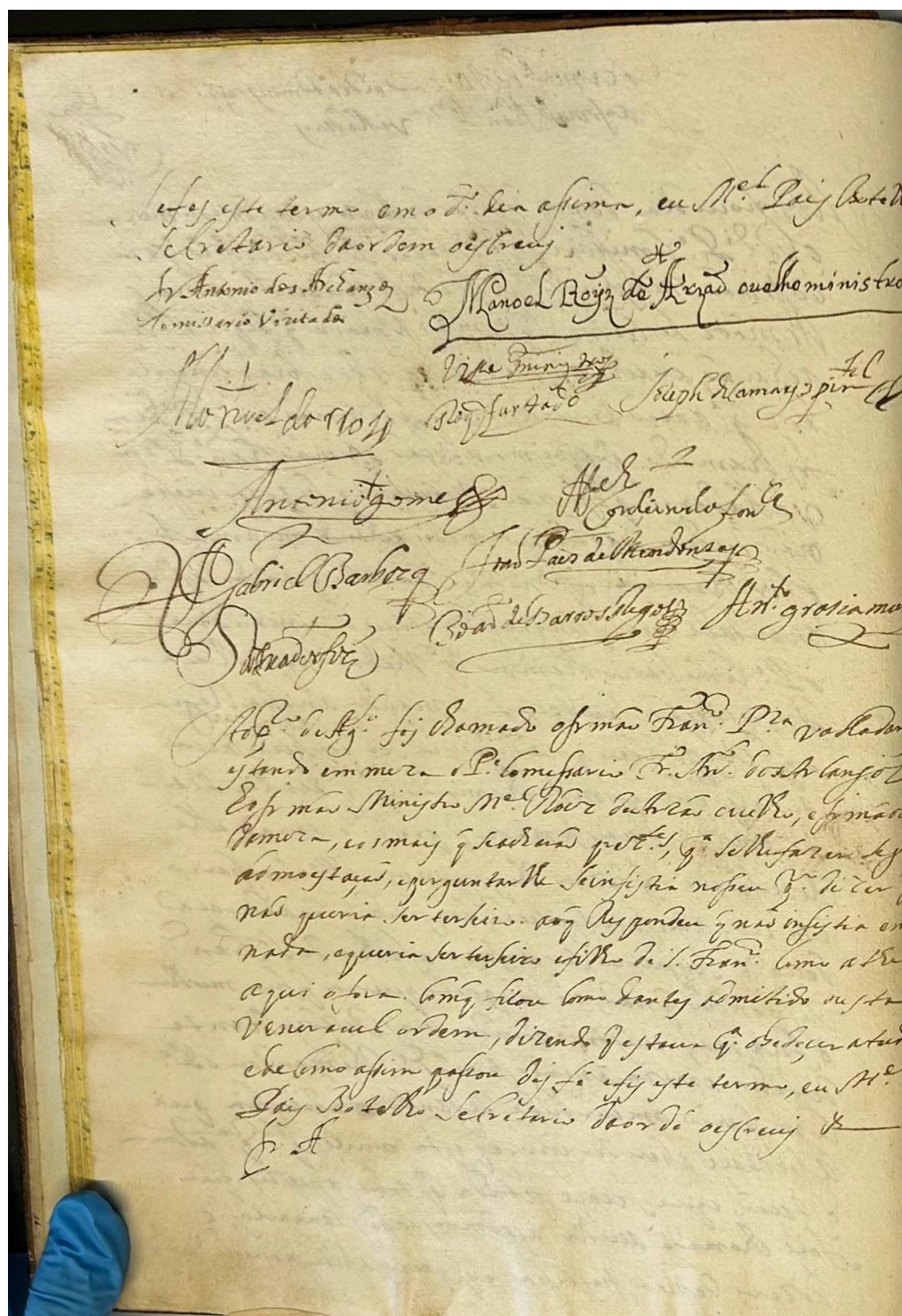
⁵ Para a transcrição conservadora dos termos, preservou-se integralmente a grafia original do manuscrito, o uso de diacríticos, a pontuação e o registro de maiúsculas e minúsculas. As abreviaturas foram desenvolvidas com a indicação em itálico dos elementos supridos. A segmentação das palavras foi adequada às normas do português contemporâneo. Quando houve necessidade de inferência por parte do editor, decorrente de dificuldades de leitura, foram sinalizadas entre colchetes.

termo de Meza ade a admoestação⁶
ao Jrmão Francisco Pereira Valladares

Aos noue dias do mes de Julho de 1694 estando em meza
o Reverendo Padre Commissario Vezitador Frei Antonio dos ArCanjoz
o Jrmão Ministro Manoel Rodriguez de Arzaõ o uelho, e mais
Jrmãos disCretoz, E os mais Jrmaoz que de prezente se-
achavaõ, abacho assinadoz, *que* todos foraõ ConuoCa-
doz *para* a ação de hũs abitoz que Se tomaraõ em o dito dia
foj chamado *para* a mesma aabçaõ o Jrmão Francisco Pereira
Valladares, pelo Jrmão Menistro *que* suposto uiesse
naõ dejchou de alterCar Rezóis achando muito a mal
o sser chamado e pela nota e esCandallo *que* a toda a Jr-
mandade deu, que Congregada estaua, o mandou
o Padre Comissario chamar *para* lhe dar aquella a-
dmoestação saudauel que manda a nossa Regra
o qual respondeo *que* naõ queria ser terseiro, nem
tido *por* esse e ssendo chamdo *para* que diante de to-
da a meza, e mais Jrmãoz *que* prezente estaua, elle
Reteficasse o *que* dizia, lhe perguntou o Padre Comessario
em uos alta e Jntelligiuel Sem sombra de alteração
de uozes Se queria Ser terseiro e filho de *Saõ* Francisco
Respondeo *que* naõ, nẽ taõ pouCo queria *que* sua mulher
o fece mais e uistas e ouuidas suas Rezóis diante
de toda a meza e mais Jrmãdade lhe mandou o Padre
Comissario em uirtude da ssanta obediensia que
asseitaçe o sser terseiro e *que* esta ouueçe pela *primeira* admo-
estação, e que ficaçe sitado *para* todas as uezes que
foçe chamado acudir as admoestassõis canonicas, e
dizer de ssua justissa; e *para* paçar assim na uerdade

⁶ No canto superior direito, além da numeração da folha, 16, há também a rubrica “Leyte”.

Fig. 6: representação da folha 16v. do termo de admoestação de Valladares.



Fonte: Fotografia do autor.

||16v.|| Se fes este termo em o dito dia assima, eu *Manoel Pais Botellho*
SeCretario da ordem o esCreuj

Frei Antonio dos Archanzoz *Manoel Rodryguez de Arzaõ o uelho ministro*

Comissario Vizitador Visse ministro

Manuel da rroza Roque Furtado JozephdeCamargopimentel

Antonio gomes Manoel Cordeiro da Fonseca

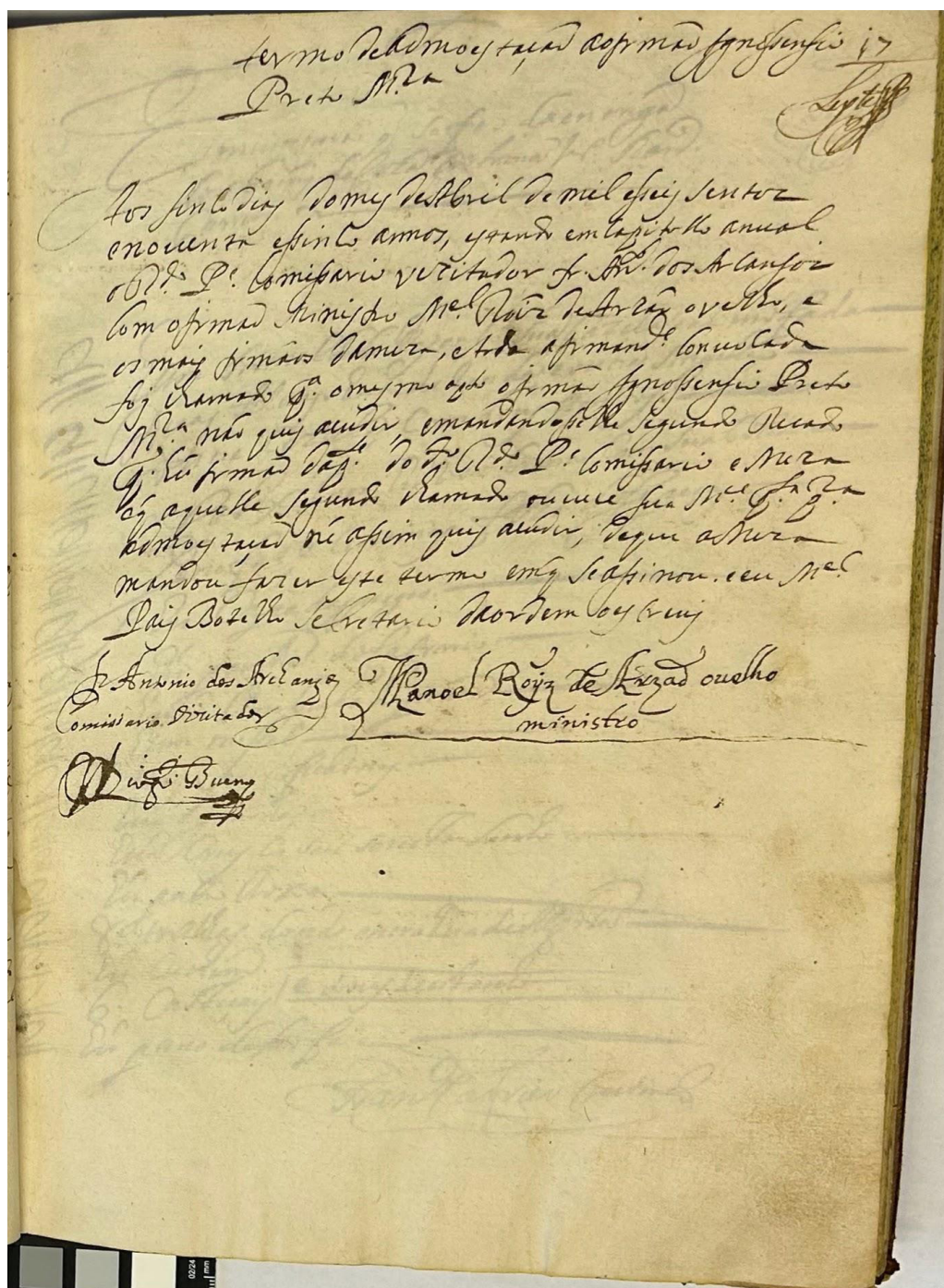
Gabriel Barboza Joaõ Pais de Mendonsa

Salvador *Fernandez* Joaõ de Barros Rego Antonio grosia mo[reira]

Ao *primeiro* de Agosto foj chamado o Jrmaõ *Francisco Pereira Valladares*
estando em meza o Padre Comessario *Frei Antonio dos ArCanjoz*
ho Jrmaõ Ministro *Manoel Rodriguez de Arzaõ o uelho*, e Jrmaõz
da meza, e os mais que se achavaõ *prezentes*, para se lhe fazer em seguinte
admoestação, e perguntar lhe Se insistia no sseu por dizer *que*
não queria ser terseiro. ao *que* Respondeu *que* não insistia em
nada, e queria ser terseiro e filho de *Saõ Francisco* Como athe
aqui o fora. Com *que* ficou Com dantes admitido a esta
Venerauel ordem, dizendo *que* estaua *para* obedecer a tudo
e de Como assim passou dej fé e fis este termo, eu *Manoel*
Pais Botelho SeCretario da ordẽ o esCreuj
Frei A

3.1.2. Termo de admoestação de Ignossensio Preto Moreira

Fig. 7: representação da folha 17r. do termo de admoestação de Moreira.



Fonte: Fotografia do autor.

termo de admoestação ao Jrmão Jgnossensio⁷

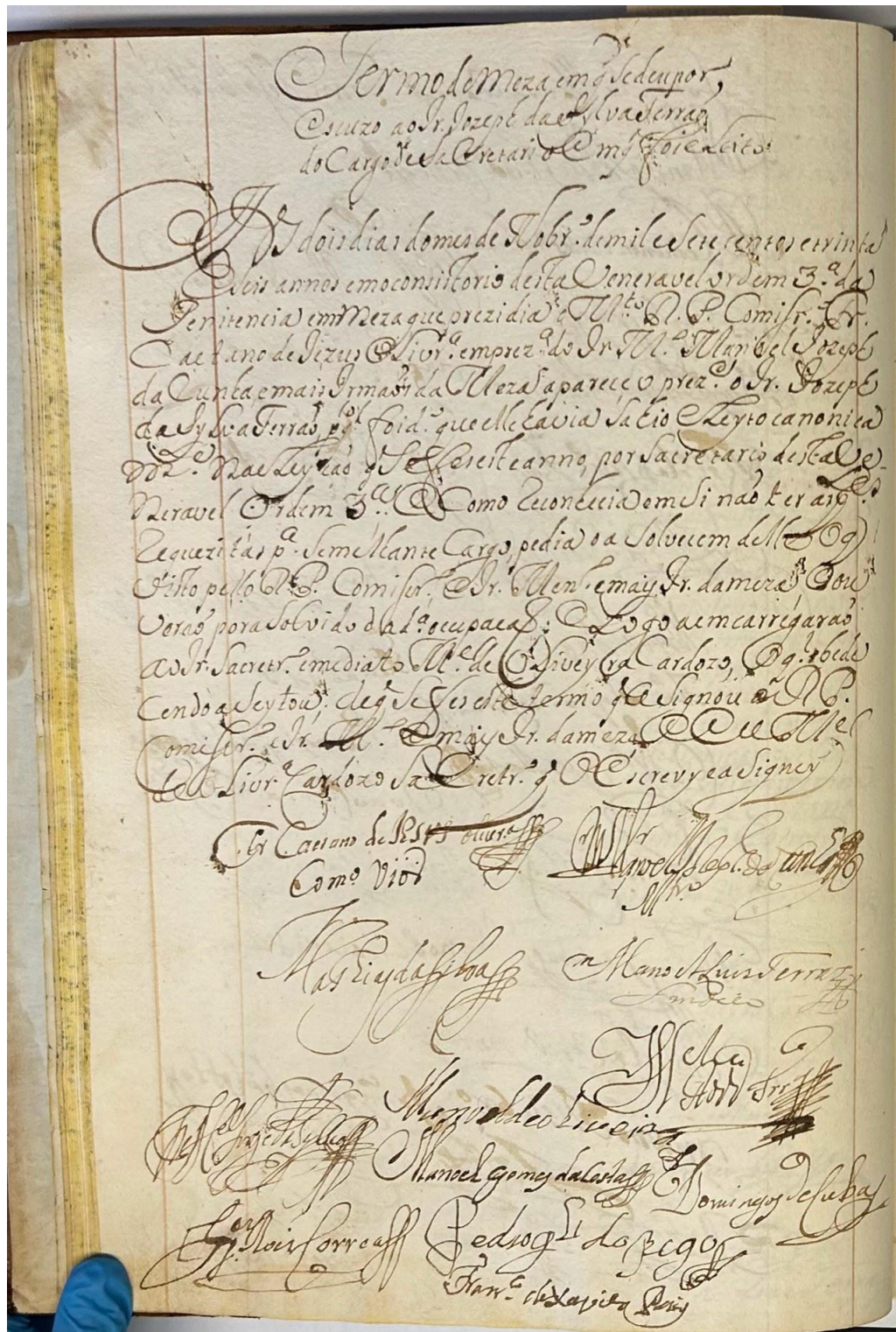
Preto *Moreira*

Aos sinco dias do mes de Abril de mil e sseis sentoz
e nouenta e ssinco annos, estando em Capitullo anual
o Reverendo Padre Commissario Vezitador frei Antonio dos Archanjos
Com o Jrmão Ministro Manoel Rodriguez de Arzaõ o Velho, e
os mais Jrmãos da meza, e toda a Jrmandade ConuoCada
foj chamado para o mesmo apto o Jrmão Jgnossensio Preto
Moreira não quis acudir, e mandandosse lhe Segundo Recado
que hũ Jrmão da parte do dito Reverendo Padre Commissario e meza
e que aquelle segundo chamdo ouuece sua Merce pela primeira
admoestação nẽ assim quis acudir, de que a Meza
mandou fazer este termo em que Se assinou, e eu Manoel
Pais Botelho SeCretario da ordem o esCreuj
Frei Antonio dos Archanjos
Comissario Vizitador Manoel Rodriguez de Arzaõ o uelho
ministro
Diogo Bueno

⁷ No canto superior direito, além da numeração da folha, 16, há também a rubrica “Leyte”.

3.1.3. Transcrição conservadora do termo de escusa de Jozpeh da Sylva Ferrão

Fig. 8: representação da folha 14v. do termo de escusa de Ferrão.



Fonte: Fotografia do autor.

Termo de meza em que Se deu por
Escuzo ao *Irmao* Iozeph da Sylva Ferraõ
do Cargo de SaCretario Em que foi eLeito

Aos dois dias do mes de *Novembro* de mil e Setecentos e trinta
e Seis annos em o consistorio desta Veneravel ordem 3a. da
Penitencia em meza que prezidia o Muito Reverendo Padre Commissario *Frei*
Caetano de Iezus OLiveira em prezença do *Irmao* *Ministro* Manoel Iozeph
da Cunha e mais *Irmaos* da Meza appareçe o prezente o *Irmao* Iozeph
da Sylva Ferraõ pelo qual foi dito que elle havia Sahio eLeyto canonica
mente na eLeyção que Se fes este anno, por Sacretario desta Ve
neravel Ordem 3a. E Como reconhecia em Si não ter as partes
requezitas para Semelhante Cargo pedia o aSolvecem delle O que
visto pello *Reverendo Padre* Commissario, e *Irmao* *Menistro* e mais *Irmao* da meza, E ou
veraõ por aSolvido da dita occupação. E Logo a emcarregaraõ
ao *Irmao* Sacretario emediato Manoel de OLiveyra Cardozo, O qual obede
Cendo aSeytou; de que Se fes este termo que ASignou o *Reverendo Padre*
Commissario e *Irmao* *Menistro* e mais *Irmaos* da meza E Eu Manoel
de OLiveira Cardozo SaCretario que O Escrevy e aSigney
Frei Caetano de IESUS oliveira

Comissario Vigario

Manoel Iozeph da Cunha

Ministro

Mathias da Sylva

Manoel Luiz Ferraz

Sindico

Manoel Jorge da Sylva

Manoel de oliveira

Manoel gomes da Costa

Domingos deCuba

[Gaspar] *Rodrigues* Correa

Pedro *Gonçalves* do Rego

Francisco de Xavier P[ais]

3.2. Termos de admoestação: formas textuais de controle disciplinar

Os termos de admoestação registram situações de indisciplina ou desobediência às normas da Ordem Terceira, funcionando como instrumentos de coerção simbólica e reafirmação da autoridade da mesa e do comissário. Em termos materiais e linguísticos, são textos altamente formalizados, marcados por fórmulas rituais. No caso de Francisco Pereira Valladares, o conflito emerge da recusa em comparecer a uma ação de tomada de hábito, comportamento interpretado como escandaloso: “foj chamado para a mesma aabção o Jрмаõ Francisco Pereira Valladares, [...] pela nota

e esCandallo que a toda a Jrmandade deu [...] o mandou o Padre Commissario para lhe daar aquella admoestação saudauel que manda a nossa regra” (Livro I, f. 16r).

A intervenção do comissário, registrada pelo secretário Manoel Pais Botelho, associa-se a uma tentativa de reconduzir o irmão ao cumprimento das normas, em nome da “santa obediência”. De modo semelhante, o termo relativo a Ignossêncio Preto Moreira documenta sua ausência reiterada mesmo após duas convocações formais: “foi chamdado para o mesmo apto o Jrmaõ Jgnossensio Preto Moreira naõ quis acudir, e mandandosse lhe Segundo Recado [...] nêem assim quis acudir, de que a Meza mandou fazer este termo” (Livro I, f. 17r).

Ambos os termos demonstram como o discurso escrito assume uma função normatizadora, ao mesmo tempo em que produz um registro duradouro das transgressões e das providências tomadas. Essa função memorial torna a escrita parte integrante dos mecanismos internos de controle da instituição.

3.3. Termos de escusa de cargo: recusas ritualizadas e negociação de prestígio

A escusa à ocupação de cargos é um dispositivo que revela tanto a existência de normas sobre elegibilidade quanto as estratégias individuais de recusa. No termo em que José da Silva Ferrão se exime do cargo de secretário, eleito em 1736, observa-se a formalização do pedido e a aceitação imediata pela mesa: ““apareçe o prezente o Jrmaõ Jozeph da Sylva Ferraõ pelo qual foi dito que elle havia Sahio eLeyto canonica mente [...] E Como reconhecimento Si naõ ter as partes requezeitas para Semelhante Cargo pedia o aSolvecem delle” (Livro II, f. 14v).

O argumento apresentado — “não ter as partes requeridas” — parece ser propositalmente vago, sugerindo, mais do que incapacidade, um gesto de distanciamento ou uma estratégia para evitar encargos que pudessem comprometer a imagem ou os recursos do irmão. O cargo é imediatamente reassumido por Manoel de Oliveira Cardozo, que redige e assina o termo. A fluidez do processo indica a existência de uma administração bem estruturada e de um corpo dirigente preparado para lidar com recusas e substituições sem prejuízo institucional.

3.4. Termos de confirmação e reintegração: retórica da obediência e pertencimento

Por parte de Francisco Pereira Valladares, a confirmação de permanência nos quadros da Ordem Terceira, após sua recusa inicial, revela a natureza performativa dos termos da instituição. Ao ser chamado novamente à mesa, o irmão se retrata e reafirma sua condição de pertencente: “Respondeu que naõ insistia em nada, e queria ser terseiro e filho de Saõ Francisco Como athe aqui o fora. Com que ficou Com dantes admitido a esta Venerauel ordem” (Livro I, f. 16v).

O termo é exemplar de como o texto escrito opera não apenas como registro, mas como dispositivo de reabilitação simbólica. A linguagem da submissão e da obediência — “estava para obedecer a tudo” — reafirma os vínculos fraternos e o poder disciplinador da instituição. O papel do secretário é aqui decisivo, pois sua escrita consagra oficialmente a reconciliação.

4. A atuação do secretariado: escrita, autoridade e continuidade institucional

A leitura comparada dos termos revela a centralidade do secretário como figura estruturante da produção documental da Ordem Terceira. Não se trata apenas de um redator mecânico, mas de um agente institucional capaz de moldar linguisticamente a experiência administrativa e fraterna. Tanto Manoel Pais Botelho quanto Manoel de Oliveira Cardozo assinam seus textos com fórmulas que indicam autoralidade: “Se fes este termo em o dito dia assim, eu Manoel Pais Botellho SeCretario da ordem o esCreuj” (Livro I, f. 16v) / “Se fes este termo que ASignou o Reverendo Padre Comissario e Jrmaõ Ministro e mais Jrmaõs da meza E Eu Manoel de OLiveira Cardozo SaCretario que O Escrevy e aSigney” (Livro II, f. 14v).

Além de garantir a continuidade institucional, o secretário participava do processo de constituição da memória escrita da Ordem Terceira. Seu trabalho revela traços do estado da língua no período — como grafias arcaicas, variantes morfosintáticas e interferências da oralidade — e torna-se objeto privilegiado para a compreensão da escrita administrativa em ambientes religiosos leigos. A escrita do secretário é, assim, um lugar de interseção entre norma, rito e poder.

4.1. Secretariado e dinâmicas socioeconômicas na sociedade paulistana colonial

A atuação dos secretários da Ordem Terceira constitui uma via privilegiada para compreender as interseções entre cultura escrita, poder e pertencimento social na São Paulo colonial. A análise dos termos de escusa, por exemplo, permite entrever como a recusa a determinados cargos, quando formalizada por escrito, funcionava como tática para preservar a imagem pública do irmão, sem rompimento institucional. Do mesmo modo, os termos de admoestação revelam os mecanismos disciplinares que regiam a conduta interna de seus membros e reforçavam os valores fundacionais da vida confraterna — como obediência, zelo e humildade — pilares da ordem moral vigente.

Nesse contexto, a função do secretário não pode ser reduzida à mera execução técnica. Trata-se de um cargo que exigia domínio da norma escrita, conhecimento dos ritos e fórmulas jurídicas e habilidade de representar a instituição nos registros oficiais. Em uma sociedade em que o letramento era distribuído de modo desigual,

a escrita operava como ferramenta de exclusão e, simultaneamente, de afirmação de autoridade.

A trajetória de José da Silva Ferrão exemplifica com nitidez essa articulação entre escrita, poder e distinção. Natural de Pernes, na Estremadura portuguesa, Ferrão chegou adulto a São Paulo, nomeado por D. João V para o cargo de tesoureiro das fazendas dos defuntos e ausentes, em 1722. Após exercer essa função até 1731, dedicou-se ao comércio de fazendas secas e, em 1735, casou-se com Maria da Silva Leite, viúva de Gaspar de Matos, um dos homens mais ricos da cidade (Borrego, 2006). Ferrão foi secretário da Ordem Terceira em 1736–1737 e novamente em 1756, tendo ocupado também o cargo de ministro da Mesa em 1739 (Ortmann, 1951). Participou ativamente da política local como almotacé, vereador, juiz ordinário e presidente do Senado da Câmara. Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e líder do partido português, morreu em 1762 com patrimônio superior a 56 mil cruzados, deixando à viúva uma das maiores fortunas da cidade (Borrego, 2006).

Ferrão não foi um caso isolado. Décadas antes, outros indivíduos já haviam trilhado caminhos semelhantes de inserção por meio da prática letrada e das funções públicas. Um exemplo é Francisco Pereira Valladares, que, segundo Torres (2008), atuava também como tabelião judicial da vila de São Paulo em 1674. A função de tabelião, como a de secretário confraternal, envolvia habilidades formais de escrita, autoridade documental e posição de confiança pública. Anos mais tarde, Valladares ocupou o cargo de vice-ministro da Ordem Terceira nos anos de 1699 e 1700, segundo Ortmann (1951), o que indica sua circulação também pelas estruturas leigas da religiosidade franciscana.

A presença de Valladares em registros diversos — jurídicos, políticos e religiosos — atesta a existência de um núcleo de agentes letrados e socialmente proeminentes que faziam da escrita um instrumento de poder e distinção. Sua admoestação em mesa em 1694 mostra como esses homens de projeção local estavam sujeitos a uma disciplina moral interna, e como os documentos produzidos pelos secretários também serviam a esse fim.

Outro nome que reforça essa perspectiva é o de Ignossencio Preto Moreira, figura destacada entre os paulistas do século XVII. De acordo com Vasconcelos ([1898] 1981), Ignossencio — então instalado no bairro do Carmo com sua esposa, D. Joanna Franco — prestou importantes serviços ao governo paulista, sendo por isso agraciado com carta autógrafa de agradecimento do rei D. Pedro II, datada de 20 de outubro de 1698. Junto a outros vinte e três paulistas, Moreira foi objeto dessa distinção régia, considerada à época uma das maiores formas de reconhecimento. A menção a seu nome em documentação régia e local sugere sua inserção entre os homens bons da vila e levanta a hipótese de sua vinculação também às instituições religiosas leigas, prática comum entre os membros da elite local.

A convergência desses casos — Ferrão, Valladares, Moreira — mostra como a escrita e os cargos documentais não apenas registravam a ordem, mas a constituíam. O secretariado da Ordem Terceira funcionava como eixo de uma engrenagem que articulava cultura letrada, pertencimento institucional e autoridade social. Era nesse espaço que se mediavam alianças, se formalizavam distinções e se inscreviam, em papel, as hierarquias de uma sociedade profundamente marcada pela palavra escrita e pela ritualização do poder.

Considerações finais

A análise dos livros de termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da cidade de São Paulo permite evidenciar a centralidade do secretariado na constituição da escrita institucional e na mediação de suas práticas administrativas e devocionais. Mais do que um simples redator de atas, o secretário desempenhava funções cruciais de registro, legitimação e interpretação das decisões coletivas, atuando como elo entre a norma estatutária e sua aplicação cotidiana, além de assumir uma posição estratégica na estrutura interna da instituição.

A abordagem dos termos selecionados teve como base uma metodologia filológica, por meio da qual se estuda o texto em busca de compreender a sua trajetória e identificar o seu estatuto como patrimônio material, histórico, linguístico e/ou literário (Fachin, 2024). O resultado desse processo possibilitou a identificação de padrões redacionais, fórmulas estáveis e variações significativas que revelam tanto a ritualização da linguagem quanto a adaptação às circunstâncias específicas de cada evento registrado.

A análise dos registros evidenciou como a atuação desses agentes se inscreve em redes mais amplas de prestígio e poder, refletindo as dinâmicas socioeconômicas da São Paulo setecentista e as formas locais de expressão da cultura política do Antigo Regime. A figura do secretário, nesse contexto, ganha relevo como sujeito que não apenas escreve, mas que participa da própria ordenação das hierarquias e da afirmação das autoridades no interior da instituição.

A conjugação entre análise material, textual e institucional dos documentos permite ainda lançar luz sobre o funcionamento interno das ordens terceiras e seu papel na formação de uma cultura escrita marcada pela formalização, pela repetição codificada e pela performatividade dos atos registrados. Os livros de termos se constituem, assim, como arquivos vivos de práticas sociais, em que a materialidade do suporte, a configuração gráfica e os estilos de redação revelam muito mais do que procedimentos administrativos: expressam concepções de autoridade, relações de poder e estratégias de distinção.

Em perspectiva mais ampla, espera-se que futuros trabalhos aprofundem a análise da vida desses agentes em outros livros da própria Ordem Terceira, também comparativamente com outras instituições da América portuguesa, investigando as

similaridades e particularidades do secretariado e da escrita em diferentes contextos regionais. Adicionalmente, explorar o cruzamento entre os arquivos e trajetórias individuais de agentes da escrita poderá ampliar o campo de investigação sobre os mecanismos de produção e reprodução da autoridade no mundo colonial, fornecendo um panorama mais abrangente sobre as dinâmicas sociais, econômicas e políticas da época.

Referências bibliográficas

- BELLOTO, H. L. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado. 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001624887>. Acesso em: 02 jun. 2025.
- BORREGO, M. A. de M. A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711–1765). 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BOSCHI, C. C. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonial em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- FACHIN, P. R. M. Filologia e o labor do filólogo. Filologando, 2024. Disponível em: <http://filologando.fflch.usp.br/filologia-e-o-labor-do-filologo>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- HESPAHHA, A. M. As vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal – séc. XVII. Lisboa: Almedina Brasil, 1987. 2 v.
- MARTINS, W. de S. Cargos administrativos e critérios de representatividade nas ordens terceiras do Carmo e de São Francisco (c. 1700–1822). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 451, p. 201–229, 2011.
- MORAES, J. de M. As associações religiosas enquanto espaços de poder: as famílias paulistanas e a Ordem Terceira de São Francisco (século XVIII). In: CONTRERAS CONTRERAS, J.; SÁNCHEZ IBÁÑEZ, R. (org.). Familias, poderes, instituciones y conflictos. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2011. p. 467–479.
- MORAES, J. de M. Os livros da Ordem Terceira de São Francisco entre Portugal e a América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII. História, Histórias, Brasília, v. 2, n. 4, p. 61–76, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/hh.v2i4.10809>. Acesso em: 2 jun. 2025.
- ORTMANN, F. A. História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo 1676-1783. Rio de Janeiro: Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1951.
- PAES LEME, P. T. de A. Nobiliarchia paulistana historica e genealogica. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1905. t.1, 283 p. (Biblioteca histórica paulista, 4)
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550–1755. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

SETÚBAL, P. Os irmãos Leme: romance histórico do século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

SOUSA, C. O. de. Prestígio, poder e hierarquia: A “elite dirigente” da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica (1751 – 1804). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

TORRES, F. R. A fazenda geral dos jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão, 1553–1748. 2008. Dissertação (História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VASCONCELOS, D. L. de A. P. de. História antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. (Reedição fac-similar da edição original de 1898).